

O EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Genilson José da Silva

Universidade Federal da Paraíba – genilsonjos27@gmail.com

Maria das Graças de Almeida Baptista

Universidade Federal da Paraíba - mgabaptista2@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O final do século XIX e o início do século XX foram marcados com a consolidação do poder da burguesia, a expansão da urbanização e da industrialização, criando a expectativa de formação de uma mão-de-obra qualificada. Essa tendência teve início, em meados do século XVIII, com o liberalismo econômico nos países da Europa, que defendiam a liberdade individual, o direito a propriedade privada e a livre concorrência.

Na educação, essas coincidências aparecem de modo dualista ao conceber dois modelos de ensino, um para o povo, considerando esta como a educação popular, e outro para a burguesia, como escreve Aranha (1989, p, 154), “para a doutrina liberal, os homens, não sendo iguais em talento e capacidade, não são também iguais em riqueza, já que é rico quem tem talento”.

Partindo deste pressuposto, podemos encontrar termos qualificatórios, especificamente em âmbito educacional, que requisitam determinadas competências e habilidades, as quais são utilizadas para catalogar os sujeitos em processos de ensino e aprendizagem, avaliações e por esta razão direciona-lo ao mercado de trabalho.

No Brasil, essa manifestação populariza-se com a educação tecnicista incorporada nas escolas públicas no final da década de 60, fase inicial da ditadura militar, a qual se articula diretamente com o sistema produtivo e assume um processo típico das empresas privadas, como o comércio e a indústria. A base desta concepção pauta-se, “no planejamento e organização racional do trabalho pedagógico”; “operacionalização dos objetivos”; “parcelamento do trabalho com a especialização das funções (vários tipos de técnicas de ensino)”; “incentivo à utilização de instrumentos [...] computador e etc.” (ibidem, p.209).

Nesse período, vivencia-se a valorização dos processos de industrialização e do desenvolvimento econômico, cujo objetivo é a formação de trabalhadores para atender o novo

modelo de capitalismo industrial que surge como possibilidade organizacional, característica do sistema empresarial, baseado nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade.

Na década de 70, os enfoques mecanicistas da teoria do capital humano, alicerçado no desenvolvimento da qualificação e da técnica nos processos de produção, instigam a divisão entre trabalho e educação. Nessa relação, a escola constituída pelos mecanismos de funcionamento, níveis e modalidades de ensino assume uma função profissional na preparação de trabalhadores para o mercado de trabalho e nas correlações entre produção, ciência, tecnologia, qualificação para o trabalho e escolarização.

Esta ação se coaduna, a princípio, com o capitalismo industrial, em que a burguesia precisava de um tipo de ensino que estimulasse as mais diversas aptidões e capacidades humanas, como define Romanelli, “o capitalismo industrial engendra a necessidade de fornecer conhecimento a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades do consumo que essa produção acarreta” (1986, p. 59).

Com base no exposto, consideramos a importância fundamental deste trabalho para o processo de ensino e aprendizagem, sobre tudo ao desvelar as particularidades da educação básica pública, cujos princípios de formação sócio educacional para o indivíduo, têm desprezado e renunciado, cedendo espaços para uma proposta educacional pautada numa visão empresarial da educação, alicerçada em um modelo de ensino produtivista qualificativo, que por sua vez, exprime como finalidades produzir alunos com desempenho e aptidões individuais, desvalorizar o ensino e a função do professor.

Assim sendo, o sistema educacional promove sem contradição o desenvolvimento econômico ao produzir trabalhadores qualificados e legitima a estrutura funcional sócio econômica do sistema capitalista, que por sua vez, fragmenta atividades de ensino em função dos objetivos que são desenvolvidos de acordo com as determinações dos conceitos estabelecidos nas avaliações, as quais fixam suas intenções com antecedência no planejamento pedagógico.

Nessa relação o trabalho do professor não é pensar o processo educacional, mas torna-se especialista em desenvolver sequencias operacionais programadas, as quais devem assegurar o máximo de eficiência e eficácia ao processo de ensino e aprendizagem. Assim como em uma empresa, hierarquicamente a escola é administrada pela equipe técnica, representadas por administrador, orientador e supervisor educacional para pensar e fiscalizar o funcionamento do sistema escolar, aos especialistas é atribuído também à função do planejamento e aos professores executar a aplicabilidade dos conteúdos na pratica educativa.

Neste contexto, o jovem e o mercado de trabalho delinearão uma relação de interesses concorrentes às mais distintas instituições e segmentos para atender mudanças intrínsecas ao capitalismo, cruel e antagônico. Os trabalhadores adolescentes, jovens e adultos se submetem a situações que conduzem a aprovação daquele com melhor formação e maior número de competências produtivas.

As ideias vinculadas ao empreendedorismo na educação, especialmente quando fazem referência da formação do educando para o trabalho, não se manifestam ainda claramente na organização curricular das disciplinas pedagógicas, porém recaem com maior intencionalidade nas avaliações educacionais em âmbito nacional, estadual e municipal e nos documentos oficiais, como sinaliza o Plano Nacional de Educação – PNE (2014/2024), na Meta número 2.12, “Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulos às habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN (9.394/96) no artigo. 27º, da mesma forma aponta que os conteúdos curriculares para a educação básica observarão as diretrizes de “orientação para o trabalho”, e no artigo 39º, ao referir-se a educação profissional destaca, “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, igualmente assinala a organização curricular direcionada ao ensino médio, destaca “a preparação básica para o trabalho tomado este, como princípio educativo, e para a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de enfrentar novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (2013, p. 41).

E continuar de forma mais específica ao referir-se a educação profissional técnica de nível médio, enfatizando que o processo de reorganização do trabalho demanda a revisão do currículo da educação básica como um todo e exige do trabalhador espírito empreendedor;

As mudanças sociais e a revolução científica e tecnológica, bem como o processo de reorganização do trabalho demandam uma completa revisão dos currículos, tanto da Educação Básica como um todo, quanto, particularmente, da Educação Profissional, uma vez que é exigido dos trabalhadores, em doses cada vez mais crescentes, maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor, (ibid. p. 221).

Portanto, compreendemos que uma reflexão investigativa acerca do enunciado tem tamanha importância no âmbito da educação pública, visto que, expõe a organização escolar pautada na formação de sujeitos com uma visão extremamente empresarial, capazes tanto de gerirem outros indivíduos como auto gerirem, criando desse modo dois grupos de sujeitos, um preparado com ferramentas, técnicas e meios de produção para submeter e manipular e outro com qualificações técnicas e habilidades aptos a prestarem toda a sua força de trabalho.

Por isso temos como objetivo geral nesse trabalho compreender o empreendedorismo na educação básica no âmbito da rede pública de ensino, e como objetivos específicos investigar a concepção de empreendedorismo no contexto educacional das escolas públicas e apontar como o empreendedorismo expressar-se nas políticas educacionais, considerando seus impactos na prática do processo de ensino e aprendizagem.

METODOLOGIA

O presente trabalho desenvolve-se numa perspectiva qualitativa embasada teoricamente no materialismo histórico dialético, buscando os conflitos e as contradições da formação humana e da prática educacional, visto que, para o marxismo, como enfatiza Triviños, (1987, p. 69) a contradição é a categoria que melhor possibilita compreender a sociedade, e nela, todo o universo do trabalho humano, é “a fonte genuína do movimento, da transformação dos fenômenos [...] é a forma universal do ser”.

Assim sendo, o trabalho constituir-se-á em três movimentos, o primeiro, uma reflexão acerca da concepção de empreendedorismo educacional no processo de ensino e aprendizagem no âmbito das escolas públicas no município de João Pessoa, o segundo definir as concepções teóricas sobre o empreendedorismo educacional na relação ensino e aprendizagem, e por último, apontar como as propostas da prática educacional empreendedora expressam-se na organização curricular.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma característica marcante na educação empreendedora é a sedução pelo ideário do capitalismo, o qual naturaliza as relações sociais, e no interior destas as correlações produtivas, dissimulando as diversas formas de exploração no âmbito da formação sócio educacional dos sujeitos jovens e adultos para atuarem posteriormente no acirrado mercado de trabalho.

Essa característica não é objetiva a estes indivíduos, porém é reforçada pelos mecanismos ideológicos veiculados na educação, cujas finalidades pautam-se na formação de atitudes, aquisição de habilidades e competências polivalentes, como mencionam Melo e Wolf, ao tratarem da expansão da educação empreendedora e sua amplitude ideológica na educação básica, nos cursos de especializações e superiores;

A pedagogia empreendedora, por sua vez tem um alcance ideológico mais amplo, ao reforçar a tese tão difundida pelo neoliberalismo, de responsabilização individual. O que está em jogo neste caso é uma concepção de sociabilidade, de relações humanas e do que é o ser social, que elimine a crítica e a responsabilização do sistema capitalista (20014, p.13).

Nesse sentido, a Educação Básica pública, especialmente os anos finais do ensino médio, vive um momento de expansão caracterizado pela qualificação técnica profissional lançada no currículo, cujo objetivo é definir a identidade dessa modalidade de ensino, com projetos inovadores como possíveis alternativas de crescimento social e econômico consonante com as mudanças e versatilidade do mercado de trabalho.

Perante o exposto, quando se institui dentro da própria escola, uma escola empresa, como assegura Gentili e Silva (1998, p. 49) ao defender que a implantação dos critérios empresariais em instituições incompatíveis objetiva estruturar e avaliar a instituição dentro dos parâmetros da produtividade e eficiência empresarial, “há pressão da perspectiva neoconservadora para que a escola pública e a Universidade [...] se estruturem e sejam avaliadas dentro dos parâmetros da produtividade e eficiência empresarial”.

Esse olhar sobre as propostas educacionais tem provocado algumas inquietações que conduzem a busca de respostas e a fazer relações com a prática educacional e, portanto, a formação dos sujeitos para o trabalho, objetivo, criativo e humanizado, numa outra perspectiva é latente, de forma a contribuir para a sua formação como um ser político, autônomo e produtor de cultura.

Nesta concepção, as primeiras considerações a partir da análise teórica e da investigação nos documentos oficiais revelam a mercantilização da educação, a qualificação dos educandos pelas competências e desempenho e a contribuição da instituição escolar na reprodução da realidade produtiva, fazendo-se necessário que esses aspectos sejam devidamente investigados e aprofundados no processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. de A. **História da Educação**. São Paulo. Moderna, 1989.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 8. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1986.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024**. Recurso eletrônico, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. (Série legislação n. 125).

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN**. Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília, MEC, SEB, DICEI, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

MELO, Alessandro; WOLF, Luciani. **A PEDAGOGIA VAI AO PORÃO: Notas críticas sobre as assim chamadas “pedagogia empresarial” e “pedagogia empreendedora”**. Revista HISTEDBR On-line. Campinas. nº59, p.191-203, outubro de 2014.

GENTILI, P. A. A. & SILVA, T. T. da (Org). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1998.